

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE E SOB A INFLAÇÃO¹

Carlos Pimenta

Seminários de Economia – FEP

13 de Maio de 1988

É um texto provisório para um conteúdo definitivo. Qualquer intuito de publicação exigirá uma sua revisão.

¹ Este texto foi inicialmente escrito em *Wordstar* utilizando um programa de integração das imagens no texto. Foi agora convertido em *Word 2007*, através de um conversor automático e revisão pelo corrector de erros. Foram corrigidos alguns erros ortográficos do texto original, assim como se fez alguns ajustamentos à língua portuguesa antes do novo acordo ortográfico.

ELOGIO DE UMA INICIATIVA COMBATE DE OUTRAS

É com sentido da responsabilidade e tibieza que inauguro o conjunto de debates em torno de diversos temas económicos intitulado, como sabeis, "Economia em Debate - Seminários da FEP".

Com sentido da responsabilidade porque se trata de uma iniciativa modesta na apresentação mas assaz importante no conteúdo. A Faculdade de Economia, tal como muitas outras instituições vocacionadas para a transmissão do saber e para o despertar da iniciativa criadora científica e humanista das novas gerações, tem vivido ora numa closura intelectual mosteiral ora num extravasamento sobre a realidade envolvente que a despeja das suas potencialidades.

Encontra-se na primeira situação quando os rasgos de inovação são encarados com desconfiança, quando as capelas teóricas transformam-se em circuitos fechados e as perdas de energia as enfraquecem, quando a investigação funciona mais para entretenimento institucional, promoção pessoal ou percurso megalómana, quando o diálogo -- retomando o sentido platónico do termo, construção e reconstrução no debate de opiniões diversas -- é inexistente ou mesmo encarado como ameaça a posições conquistadas ou a conquistar.

Encontra-se na segunda situação quando os conhecimentos adquiridos são utilizados numa prática profissional exterior à Universidade -- que é frequentemente a única possibilidade de não se estiolar -- sem que no contexto institucional exista o adequado enriquecimento, a formação de um saber novo, uma crítica e um repensar sistemático.

Pensar dá trabalho, mas penetrar pelos meandros do desconhecido e, simultaneamente, socialmente relevante é uma das manifestações mais preciosas da liberdade intelectual e do reafirmar do avanço científico, nomeadamente da Economia Política.

A iniciativa que agora se começa não terá força bastante para romper muitos dos vícios institucionais seja porque radicando-se na Faculdade de Economia têm raízes suficientemente profundas para resistir a estes ventos seja porque têm que ver com as estruturas sociais, organização do poder, práticas ideológicas, preconceitos e crenças forjadas pela organização económico-social em que vivemos. A prová-lo estão as dificuldades de adesão a esta iniciativa, ou simples recusa, por parte de alguns, entre outros aspectos. Contudo constitui um avanço na revitalização institucional não negligenciável.

Se estas são razões bastantes para sentir o peso da responsabilidade também não deixa de ser razão bastante para sentir tibieza. Entre outras razões -- além de ser o primeiro -- porque tenho a feliz consciência do meu discurso ser heterodoxo nas correntes dominantes do pensamento económico e a ele estar associado um conjunto de preocupações epistemológicas, sociológicas e, porque não, pedagógicas que podem surgir como monólogos dificultadores do diálogo anteriormente elogiado. Também porque a investigação me tem trazido mais dúvidas que certezas, e tenho ter sempre uma certa dificuldade em fazer o ponto da situação das verdades provisoriamente obtidas. E também por me encontrar, presentemente, numa encruzilhada disciplinar, carreando a angustia da procura de um caminho temático difícil de consolidar no contexto universitário.

Por tudo o anteriormente dito resta-me tentar sintetizar algumas das questões de Economia Política que me preocuparam ou preocupam, pedir desculpa pelo carácter peremptório com que possa apresentar algumas das linhas de reflexão e reafirmar-vos que me assumo numa atitude de diálogo, apesar da firme

convicção nos meus pressupostos económico-epistemológicos de base e nas concatenações de categorias daí decorrentes.

Atitude de diálogo que corresponde à minha filosofia da vida, às minhas profundas convicções dos princípios norteadores do avanço científico e social (aspectos que frequentemente não são harmoniosos), mas também à constatação de que a Economia Política está, há diversos anos, em crise e que a sua superação passa pela articulação conceptualmente coerente, logo não eclética, de correntes, ou partes delas, que tem caminhado lado a lado sem qualquer contacto, nomeadamente pela fundamentação macroeconómica da microeconomia (exigindo a reformulação de ambos os braços da Economia Política e a re-reconstrução da teoria do valor).

ESCOLHA DO TEMA

Quando me foi proposto escolher um tema senti dificuldades.

A inflação constituiu durante muito tempo a ocupação profissional dominante na medida em que foi o tema da tese de doutoramento. Funcionou quase masoquistamente como orgasmo intelectual mas após o clímax gerou uma fadiga duradoura que se arrastou durante mais de um ano. Além disso, uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido revela-me que a inflação foi mais um pretexto que um objectivo. As incursões pela história económica portuguesa, sobretudo desde a criação do Banco de Lisboa até aos dias de hoje, a descoberta da harmónica articulação entre aquela e a concatenação lógica das categorias, o aprofundamento das questões epistemológicas e a reformulação da teoria do valor-trabalho -- para além do rompimento com o imobilismo existente em termos de doutoramentos em Portugal, na Faculdade de Economia do Porto e de teses marxistas -- foram os verdadeiros momentos de delírio.

Embora tivesse sido actividade dominante, nunca foi exclusiva. Simultaneamente acompanhei e dinamizei um projecto de investigação, contra a Faculdade de então, sobre os salários em Portugal que foi extremamente importante pela luz que fez sobre múltiplos aspectos da realidade portuguesa, pela intervenção pessoal e colectiva que permitiu e, sobretudo, porque foi um projecto de vários docentes desta casa com formações e concepções diferentes. Alguns de nós não nos conhecíamos, outros tinham relações efémeras, e foi a prática de investigação que simultaneamente forjou conhecimentos e amizades. Em muitos aspectos é o projecto passado a que ainda me sinto, racional e afectivamente, mais ligado e ao qual estou mais estreitamente associado enquanto eventual caminho do futuro.

Se este duplo percurso passado não bastasse para criar dúvidas sobre o tema a escolher acrescente-se o facto de me encontrar numa encruzilhada de investigação e numa dificuldade de reduzir as diversas pistas possíveis aos contextos disciplinares tradicionais e institucionais vigentes.

O aprofundamento da história do pensamento económico, mais precisamente da Economia Política, sugere-me muito claramente a necessidade de retomar as verdadeiras questões científicas que se colocavam após os desenvolvimentos de Adam Smith, Ricardo e Marx e, a partir daí, a construção de uma Economia Política unitária -- sem pretender com tal carácter globalizante e de resolução de alguns dos antagonismos actuais anular a conflitualidade interna da ciência em que labutamos, cujas raízes essenciais são a praxis social e as consciências possíveis -- a que já fizemos anterior alusão e cuja primeira reflexão esteve na base de um artigo para a revista de Análise Psicológica. Retomar tais questões pode ser relevante cientificamente mas é subestimação da situação dominada em que nos encontramos no imperialismo intelectual do mundo actual, é mergulhar num oceano problemático dificilmente navegável no actual contexto disciplinar e institucional, é um percurso que exige estágios na História, na Antropologia, na Psicologia Social, na Epistemologia.

A experiência de ensino aos alunos do primeiro ano reforçou o meu alerta sobre as questões relacionadas com a transmissão de conhecimentos. Não se trata apenas de uma preocupação de métodos ou de adaptação de práticas mas a constatação da conflitualidade entre o discurso de transmissão do conhecimento susceptível de angariar apoios e o discurso da construção científica, da articulação de variáveis. É um repensar epistemológico sobre a natureza do conhecimento científico em ciências sociais e, sobretudo, sobre as suas fronteiras com as outras formas de conhecimento, é retomar a Pedagogia e sobretudo o questionar todo o significado da instituição universitária hoje, percorrendo um caminho zigzagueante entre a Sociologia da Educação e a Economia da Educação (ou antes uma Economia da

Cultura?). Tal é a importância que atribuímos a este aspecto que nele trabalhamos, conjuntamente com dois colegas de formação diversa, num projecto de investigação subsidiado pela reitoria.

Mas o repensar a "totalidade" dos temas da Economia Política imposto pela Introdução à Economia, conjuntamente com o estar desperto para a realidade económico-social envolvente, mostrou-me muito claramente que o assunto económico fundamental continua a ser o do subdesenvolvimento/desenvolvimento e que tal, no nosso país, exprime-se no que frequentemente é designado por desenvolvimento regional. Eis outra direcção de estudo que a intervenção social exige e exigirá e que, como todos sabeis, é um vasto campo de trabalho.

De todas estas hipóteses de reflexão escolhi a inflação, talvez porque desde há algum tempo venho defendendo a obrigatoriedade moral de todos os doutorados de fazerem na escola uma apresentação dos assuntos estudados nas suas teses: problemáticas, conclusões, erros, interrogações, pistas de trabalho.

Vou falar da inflação em parte para transmitir alguns aspectos adquiridos (sobre a inflação: caracterização, estrutura de preços, aperfeiçoamento da teoria do valor-trabalho, preços de produção e "preços de monopólio", articulação dos sistemas monetário e financeiro e sua dimensão histórica, factores permissivo e impulsionador da inflação) e em parte para lançar algumas pistas e preocupações em torno de temas que são academicamente considerados subprodutos, mas que, em alguns aspectos, até podem ser mais importantes (sobre a inflação: epistemologia do objecto científico, conceitos de concorrência, papel do mercado na teoria do valor, significado do trabalho complexo possibilidades de articulação macro/micro). Para tal vou recorrer de partes de um artigo oportunamente elaborado para os Cadernos das Ciências Sociais.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

O meio profissional em que nos movemos sugere que apresentemos os resultados da investigação como um processo de labor intelectual, com as suas virtudes e defeitos. Por isso começamos por fazer uma breve história do caminho de investigação. Segue-se-lhe capítulos de caracterização da inflação e de abordagem dos parâmetros fundamentais da teoria do valor susceptíveis de fornecer o instrumental teórico explicativo. Por último sintetiza-se uma explicação da inflação.

BREVE HISTORIA DE UMA INVESTIGAÇÃO

O interesse pelo estudo da inflação foi a confluência de dois caminhos, o da praxis social e o do estudo, intimamente ligado ao da actividade profissional, sendo de admitir que o segundo foi o determinante, no curto prazo.

Após um percurso algo irregular na docência defrontei-me com o vasto mundo dos problemas monetários. Com uma formação marxista há muitos anos consolidada pelo estudo atento das obras fundamentais e por uma prática política, habituado erradamente a considerar a moeda como uma categoria pouco importante no sistema de relações conceptuais, defrontava-me com uma nova realidade: a impossibilidade da teoria marxista construir um edifício completo e coerente, falhando logo nas suas bases -- na teoria do valor-trabalho -- se não possuir uma teoria da moeda.

Estudar a moeda e o crédito no quadro da Economia Política foi o completar desta, descobrindo, simultaneamente, muitas das suas lacunas na interpretação da economia contemporânea, e o questionar sobre a validade do marxismo num confronto com outras interpretações da moeda.

Reconstruído o edifício, para o qual contribui de uma forma insubstituível o livro *A Moeda em Marx*, constatei que a utilização dos conhecimentos adquiridos sobre e através da moeda e do crédito encontravam a sua plena aplicação, o seu teste de validade, no estudo da inflação.

Esta declaração de intenções quanto aos caminhos teóricos a prosseguir eram concordantes com algumas das preocupações que a intervenção social ia colocando.

Chegava à inflação através da moeda mas rapidamente concluía que os sistemas monetário e financeiro não eram suficientes para a explicar. As suas estruturas são o resultado de imperativos da acumulação capitalista.

Começando a abordar sistematicamente o tema "inflação em Portugal" duas questões se colocaram desde cedo:

- a) O que é a inflação?
- b) Como reelaborar a teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho de forma a nela integrar a explicação da inflação?

PRECISÃO DO OBJECTO TEÓRICO

A necessidade de explicitação do objecto teórico tinha sido uma exigência pressentida desde cedo, mas que se foi consolidando, reelaborando, aprofundando à medida que investigava a problemática inflacionista, e resultava das seguintes lucubrações:

a) Os objectos científicos ou resultam de outros objectos científicos ou da realidade, a qual acaba por determinar em última instância. Incidindo sobre este último aspecto constatamos que há, na sociedade, muitos objectos reais que nunca se transformam em objectos teóricos. Para que tal aconteça é necessário que aquele esteja relacionado, de alguma forma, com alterações na correlação de forças das classes e grupos sociais em confronto. Uma realidade social só se interioriza, só se transforma em tema científico, em tema da Economia Política, através do conflito. A identificação da inflação com o aumento de preços, embora duradouro, ou com a diminuição do poder de compra da moeda, outra forma de referir o mesmo, não exprime esse conflito. Este encontra-se na repartilha do rendimento que acompanha a inflação, o que, por sua vez, tem que ver com diferentes ritmos de crescimento entre os diversos preços e os diversos salários, entre aqueles e estes.

b) A palavra "inflação" foi significando muitas coisas ao longo do tempo. Etimologicamente significava empolamento e era utilizada na linguagem corrente, em expressões como "ter inflação na barriga". Em 1876 um autor português falava dos "inflacionistas" para designar os defensores da emissão monetária sem qualquer obstáculo.

Da análise dos relatórios do Banco de Portugal também resultava que entre 1931 e 1945 era uma palavra desconhecida apesar de se tratar do "custo de vida" e dos "preços" com bastante veemência; de 1946 a 1948 "inflação" significa empolamento, necessitando de adjectivação ("monetária"); nos quatro anos seguintes não há qualquer utilização deste tipo de terminologia, sendo o período em que se começa a atribuir aos aumentos de preços uma conotação negativa; de 1953 a 1969 fala-se apenas de "pressão inflacionista" ou similar para significar empolamento monetário e, a partir de 1956, aumento de preços; a partir de 1969 a expressão "pressões inflacionistas" é substituída por "tensões inflacionistas" e em meados da década de "70" "inflação" passa a exigir a adjectivação dirigida à explicitação da causa: "importada", "por via custos", "por via especulativa", "de preços e salários"; finalmente após 1978 o substantivo "inflação" deixa, quase sempre de ser adjectivado e, só por si, significa aumento de preços.

Havia que despejar o conceito inflação de um lastro linguístico que arrastava consigo a influência do conhecimento corrente e o peso político de certas interpretações do aumento de preços.

c) Cada teoria explicativa da "inflação" tem a sua caracterização. Para uns é "aumento de preços", para outros "excesso de procura"; para uns "aumento de preços duradouro", para outros "todo e qualquer aumento de preços"; para uns uma realidade microeconómica com repercussões macro, para outros o inverso; para uns "subida de preços", para outros "diminuição do poder de compra da moeda", etc. Muitos dos debates em torno da "inflação" são diálogos de surdos porque a cada teoria tende a explicar um objecto teórico diferente.

d) Após aprofundadas análises sobre a natureza dos salários não tenho a mínima dúvida de que aqueles são um preço, assim como a força de trabalho é uma mercadoria. Se tal constitui uma pedra basilar no edifício da teoria do valor-trabalho, os estudos teóricos das outras correntes do pensamento económico e os trabalhos econométricos confirmavam-no. Então não seria legítimo identificar inflação com uma determinada dinâmica dos preços com exclusão dos salários.

e) Produtividade, valor e preços são três categorias interligadas. As duas primeiras estão relacionadas negativamente, e as duas últimas estão-no positivamente. Resta desbravar os caminhos do

relacionamento e as suas expressões quantitativas, mas as ligações anteriormente indicadas são ponto de convergência entre todas as correntes do pensamento que assumem como relevante o conceito de valor. Assim sendo, o aumento de preços e salários só é um problema teórico na medida em que aqueles aumentam sem aumento do valor, em que crescem conjuntamente com a produtividade. A constatação deste facto permitiu passar da realidade fenomenológica (variação de preços e salários com determinadas características) para a metafenomenológica (confronto entre dinâmica do valor e dos preços), encontrando-nos no cerne do corte epistemológico.

f) Alguns anos antes já tinha feito referência às características da expressão fenomenológica da inflação: aumento geral, crónico e com intensidades diferentes dos preços mas agora dava-me conta das dificuldades que tal comportava: como é possível falar de aumento geral de preços quando não se conhecem todos os preços e a amostra revela que em períodos de aumento de preços existem sempre alguns, ou muitos, e entre eles os determinantes para o futuro do processo de acumulação, que baixam? em que circunstâncias é que se deve falar em aumento crónico de preços? Todos os aumentos sistemáticos de preços têm o mesmo significado qualitativo?

Se esta segunda questão encontrou resposta fácil ao considerar diversos tipos de aumento crónico (tendencial, anual, na fase descendente do ciclo longo, em crise e em todas as situações sem ou com agravamento) o mesmo não aconteceu com a primeira. A resolução das contradições entre dispersão e generalidade dos movimentos dos preços passa pela escolha de uma amostra pela aplicação de dois critérios: i) um económico (preços no consumidor dos produtos industriais e dos serviços) resultante da análise dos preços durante séculos e sobretudo desde o advento do capitalismo em Portugal, por mercados e produtos e da especificidade do mercado por grosso de matérias-primas e dos mercados de produtos agrícolas desde sempre até hoje; ii) um sociológico (preços no consumidor dos produtos indispensáveis à vida das populações, numa certa fase histórica).

Da tentativa de solução das questões anteriores e de outras que não merecem explicitação aqui e agora podemos considerar *a inflação como inerente a uma determinada fase histórica do modo de produção capitalista cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável à diminuição do valor do ouro e que se exprime fenomenologicamente por um aumento diferenciado crónico e geral dos preços no consumidor dos produtos industriais e serviços e dos salários das profissões dominantes.*

A medição da inflação é, formalmente, fácil. Tratando-se de um processo mensurável em taxa de variação, o que, desde logo, elimina qualquer diferença de unidade de medida das variáveis originais. Designando por I o indicador da inflação, por $*Q$ a taxa anual média de variação da produtividade nos sectores produtores de um conjunto de mercadorias consideradas como amostra durante um período de n anos, por $*P$ a taxa anual média de variação dos preços considerados como amostra (P) durante um período de n anos, por $*S$ a taxa anual média de variação dos salários das forças de trabalho consideradas como amostra (S) durante um período de n anos e, ainda, por $*O$ a taxa anual média de variação da produtividade na produção de ouro, poderemos ter uma aproximação da medida da inflação através do par de valores obtido pelas seguintes expressões:

$$I = (a_1 \cdot *P + a_2 \cdot *S) + *Q - *O \quad \text{com } a_1 + a_2 = 1$$

$$V_I = (V(P) + V(S) + \text{Cov}(S, P)) / I$$

A esta primeira caracterização e tentativa de quantificação acrescenta-se-lhe apenas três aspectos:

i) Alguns dos germens da inflação encontram-se, no que se refere a Portugal, no início deste século, encontrando-se numa fase de gestação até à recuperação que se seguiu à grande crise de 1929/33. No

início da década de 50 e de 70 encontram-se os arranques de duas novas fases qualitativamente diferentes.

ii) O cerne da inflação é o hiato entre as dinâmicas dos valores e dos preços e salários, pelo que é possível existirem aumentos de preços crónicos, gerais e diferenciados sem inflação (pseudo-inflação) e inflação sem aumento de preços (cripto-inflação). Todos os factores capazes de influenciar micro ou macroeconomicamente a dinâmica dos preços e salários mas sem alterar macrotemporalmente, estruturalmente, aquele hiato são variáveis irrelevantes ou de segundo plano.

iii) A dispersão integra a caracterização da estrutura de preços e a sua dinâmica. Constatou-se que existem alguns períodos particularmente importantes para o processo inflacionista, períodos de modificação qualitativa, que são de modificação profunda da estrutura de preços e salários relativos. Concluiu-se que é o aumento do crescimento dos preços que aumenta a dispersão. Contudo ficaram em aberto importantes questões sobre este assunto, muito relevantes na medida em que a dispersão é a heterogeneidade explicável no quadro da homogeneidade do espaço dos valores e de propagação monetária.

QUESTÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR

Colocar o cerne da problemática inflacionista no hiato estrutural entre a massa de valores e de preços pressupunha uma opção, pela teoria do valor-trabalho, remetendo para o núcleo duro das controvérsias há muito estabelecidas: articulação valor/preços.

Sem aprofundarmos a imperiosidade do recurso à teoria do valor, quantas vezes realizada sem uma explicitação clara, diríamos que tal tem que ver com as relações dialécticas entre o concreto e o abstracto, entre o concreto-sensível e o concreto-de-conhecimento, entre o objecto-real e o objecto-teórico, entre o fenómeno e a essência, entre a abstracção e a abstracção-científica, entre a passagem do-concreto-ao-abstracto e do-abstracto-ao-concreto, entre a realidade-fenomenológica e a realidade-metafenomenológica. Tudo isto impede qualquer atitude positivista, impede transferir para o ontológico as limitações do gnoseológico.

O caminho não estava isento de dificuldades: não existe uma teoria dos preços à luz da teoria do valor-trabalho, por muito importantes e insubstituíveis que sejam as análises desta.

Para quem esteja habituado a raciocinar dentro dos quadros teórico da referida teoria do valor não será difícil deduzir que quatro grandes questões se colocavam:

- * Qual a relação entre valor, valor de troca, preço de produção e preço de mercado? Como se processa a "transformação" dos valores em preços de produção e qual o significado dessa "transformação"?
- * Qual a acção dos monopólios (cujo significado haveria a precisar) sobre os valores, preços de produção e preços de mercado?
- * Qual a intervenção da moeda e do crédito sobre a estrutura de valores e de preços?
- * Qual a relação entre o valor e os mecanismos de mercado?

Tentemos responder a cada uma delas, de uma forma breve, seguindo a ordem de elaboração da teoria do valor.

"Redução" do trabalho

É corrente na literatura sobre estes assuntos afirmar que a quantificação do valor exige uma tripla redução: do trabalho concreto ao trabalho abstracto, do trabalho complexo ao trabalho simples e às condições médias de produção. É dentro deste panorama que surge o problema em epigrafe, dentro dum cenário que está viciado à partida:

- não tem sentido passar do trabalho concreto ao trabalho abstracto quando ambos não são mais do que características do mesmo e único trabalho e quando a vertente social do trabalho é predominante, histórica e logicamente, em relação à individual;
- tais análises tendem a confundir a unidade de medida de um certo "espaço" com a existência deste: perante a dificuldade de encontrar a "unidade de tempo-padrão" para medir o "espaço do quantum de trabalho" tendem a negar a existência deste; é a vertente qualitativa do valor que permite a sua vertente quantitativa e a relação entre "espaço" e "medida" faz-se na passagem lógica do primeiro para a segunda e não o inverso;
- a problemática do trabalho simples e complexo ao nível da quantidade de valor criado é um falso problema, porque tal dicotomia considera o trabalho enquanto concreto (criador de valor de uso) e não enquanto abstracto (criador de valor).

Valor e mercado

A visão tradicional da articulação entre valor e mercado é simples: os valores estão na base dos preços mas depois existem outros factores que intervêm quando do "salto no desconhecido" da passagem da produção para a troca. Os mecanismos de oferta e procura, o mercado, surgem com uma importante exogeneidade em relação à lei do valor, apenas atenuada pela ligação inevitável entre produção, troca e repartição. Mais que uma posição simples é uma formulação simplista.

Quando se procura determinar o valor de uma mercadoria todos estarão de acordo que é necessário considerar as condições médias de produtividade e intensidade de trabalho, mas esta concordância tem feito esquecer que a determinação daquelas exige a prévia definição de um *espaço* económico-político-geográfico que não é dado aprioristicamente. Aquele espaço é definido pelo confronto entre os diversos produtores independentes do mesmo valor-de-uso. Por outras palavras, a quantificação do valor exige a prévia definição do mercado, ao mesmo tempo que este assume uma nova dimensão: as formas-valor descritas por Marx são, igualmente, formas de confronto da oferta e procura.

A teoria do valor trabalho exige o conceito de concorrência entre produtores do mesmo valor de uso (que designamos por concorrência I). Tal significa uma estrita interligação das dimensões macro (valor) e micro (mercado de um valor de uso) e, simultaneamente, uma ruptura conceptual com as teorias vulgares no entendimento do mercado.

A passagem de uma mercadoria da produção para o mercado é sempre um "salto no desconhecido" devido à autonomia relativa da procura, mas esse desconhecimento nunca é total: aquela também é, em parte, um "salto no conhecido" e o grau de "desconhecimento/conhecimento" é determinado pela importância relativa do produtor independente em relação à produção total.

Preços de produção e preços de mercado

Quando se passa de uma análise abstracta como a anteriormente formulada para uma mais concreta aplicada à sociedade capitalista, baseada na existência de sectores de actividade (espaço economico formado pelos capitais que estão submetidos à mesma norma de produção e troca, no dizer de AGLIETTA), temos que entrar em conta com um outro tipo de concorrência: a concorrência inter-sectores de actividade (chamemos-lhe concorrência II) a qual apresenta grandes diferenças em relação à concorrência anteriormente referida. Enquanto a concorrência I estava identificada com o espaço de valor a concorrência II está-o com o espaço do capital e apresenta-se mais como possibilidade do que como realização.

A concorrência II é complementar e exterior à lei do valor. Resulta da unidade do movimento do capital.

Esta concorrência expressa-se em cada momento como uma possibilidade de novos capitais entrarem num determinado sector de actividade dando lugar a um conjunto de acontecimentos quando se efectiva. Os capitais entrados não tem de ser proveniente de outros sectores de actividades. O confronto entre sectores, através das diferentes taxas de lucro existentes, surge apenas como potência e tal movimento pode ter outras origens, incluindo do interior do sector.

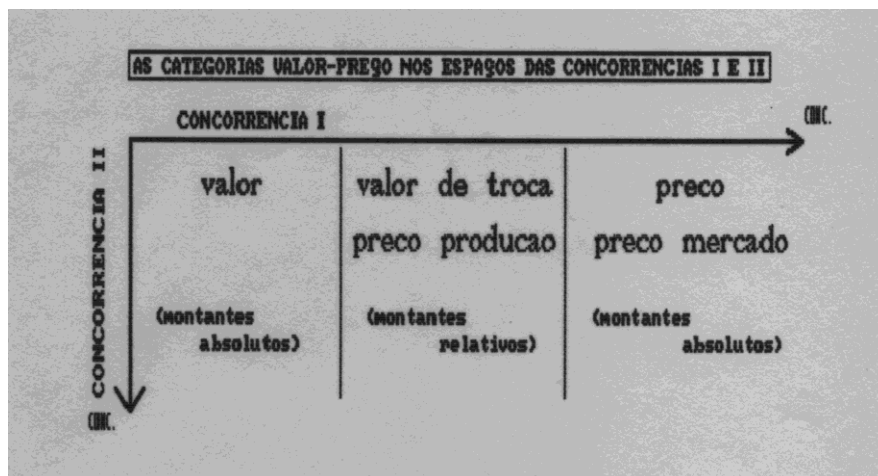
As barreiras de entrada são um dos factores mais condicionantes da efectivação da concorrência II e contem efeitos perversos: a reprodução das barreiras de entrada gera consequências similares à sua anulação quanto à evolução da taxa de lucro. E' a posse privada do lucro que faz com que esse movimento perverso se manifeste e se realize.

Também não será difícil concluir que os tempos de realização desta concorrência II é muito diversificada conforme o sector de actividade e a época histórica a que nos reportemos. A dimensão das barreiras de entrada, a periodicidade exigida para a sua reprodução, a dimensão do capital fixo -- que é, simultaneamente, uma "barreira de saída" dada a grande dificuldade da sua adaptação à produção de capital mercadoria com diferente valor-de-uso -- a amplitude e direcção do crédito, e muitos outros factores que vão desde a informação disponível sobre a actividade económica até ao dinamismo dos empresários, pode condicionar a velocidade de passagem da possibilidade à realidade. Depende igualmente do espaço económico-geográfico que essa concorrência define.

Esta reflexão sobre o conteúdo de cada uma das concorrências e, sobretudo das suas diferenças e dos diversos espaços em que se processam, permite analisar coerentemente o problema da "transformação" dos valores em preços de produção.

A questão tendo sido deficientemente colocada, para o que contribui o menosprezo por um outro aspecto: os valores e os preços são realidades diferentes que não são comparáveis entre si. Ou são medidas em unidades diferentes (valor em tempo de trabalho económico, preços em moeda) ou ao procurar-se uma mesma unidade de medida uma das categorias desaparece.

A passagem dos valores a preços só pode ser correctamente analisada num espaço bidimensional: no da conjugação do espaço da concorrência I com o do espaço da concorrência II como se especifica no quadro seguinte.



Monopólios e preços

A leitura mais corrente da influência dos monopólios sobre os preços passa pela aceitação de um poder de imposição no mercado, cujos limites são determinados pelas condições deste. Alguns obreiros da teoria do valor-trabalho têm procurado aprofundar esta problemática mas esquecem-se quase sempre de reelaborar a teoria do valor (teoria de relações sociais) no novo contexto.

Na caracterização do monopólio há que considerar três grandes vectores:

- a) é o resultado do movimento do capital, da concentração e centralização sob diversas formas e manifestando-se em variados espaços económicos e em múltiplas esferas da produção, distribuição e circulação;
- b) o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial, o capital financeiro, constitui um núcleo decisivo;
- c) Existe uma unidade de gestão das diversas parcelas integradoras do capital monopolista que garante, por razões internas (peso no sector, articulação com unidades a montante, jusante e outros sectores, informações possuídas pelo capital bancário, etc.) e externas (acordos, relações com o Estado, etc.), um relativo domínio sobre as condições envolventes do exercício de actividade de cada unidade situada na produção, troca ou circulação.

Estes três vectores, que nada têm que ver com a dimensão dos estabelecimentos produtivos, estão interligados e articulam-se no reforço das relações de produção capitalistas e no domínio parcial das condições envolventes, relativizado pela concorrência monopolista e pela produção e repartição do valor.

Os monopólios empresariais, com a caracterização anterior, não são identificáveis com o monopólio natural: a lei do valor continua a ser elaborada na base do tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. O seu domínio relativo sobre as condições envolventes é explicado pela interligação entre concorrência I e espaço de quantificação do valor com a relatividade da dependência-independência, conhecimento-desconhecimento, na articulação da produção com a troca. As barreiras de entrada são o seu "elemento protector" mas têm sempre uma eficácia e duração relativa quer pela força da concorrência entre monopólios que continua a existir, quer pela sua coexistência com pequenas

empresas, quer ainda pelos "efeitos perversos" que a reprodução das barreiras de entrada gera: a concorrência II mantém-se e a alteração dos seus tempo e forma é inerente à sua própria existência. Por outras palavras, a existência dos monopólios e dos "preços de monopólio" é compatível com a lei do valor e os preços de produção.

A influência dos monopólios sobre os preços existe mas é complexa e relativa:

a) O "preço de monopólio" não pode ser identificado com elevação de preços. Depende da época histórica, dos mercados em que os monopólios actuam como vendedores e compradores, da conjuntura. Quando existem movimentos de subida de preços impostos pelos monopólios tal fenómeno é sempre localizado, com uma duração mais ou menos prolongada, limitado e coexistente com outros movimentos.

b) Os enviesamentos dos "preços de monopólio" em relação aos preços de mercado que exprimem os preços de produção estão associados a uma distribuição do valor que coloca limites à manifestação daqueles. A intervenção do Estado nos quadros da política económica visa ampliar o campo de acção. Fá-lo, mas não absolutamente.

c) O reforço do poder dos monopólios e a existência das barreiras económicas anteriormente referidas estão em permanente luta, o que conduziu a modificações económico-institucionais permissíveis da apropriação de um valor ainda inexistente. Tal possibilidade existia desde os primórdios da concentração e centralização do capital mas nem sempre se manifestou com a mesma intensidade ou nem foi susceptível de uma solução. Não tinha a mesma intensidade porque inicialmente a preocupação essencial era aniquilar as unidades produtivas que não tivessem sido objecto da mesma concentração e o grau de concentração e centralização ainda não tinha estreitado acentuadamente a mais-valia produzida fora dos monopólios e apropriável por estes. Não era susceptível de solução porque o sistema monetário, articulado ao valor passado -- padrão-ouro -- não tinha tido um desenvolvimento e integração no capital financeiro que permitisse romper essa situação.

A passagem do comportamento dos monopólios para uma nova fase em que as subidas de preços assumem, dentro da sua relatividade, uma particular importância está preferencialmente ligada à alteração no funcionamento do sistema monetário, impulsionada pelo capital financeiro. É dentro desta nova lógica que temos que analisar a problemática dos "preços de monopólio".

Moeda e acumulação

Sendo a economia capitalista necessariamente monetária e a moeda uma relação social não é de estranhar que, mantendo as características essenciais, assuma em capitalismo monopolista novas formas de manifestação das suas funções e que a expressão concreta da reprodução do equivalente geral se traduza por uma diferente articulação entre os diversos tipos de moeda.

O crédito, herdeiro capitalista da usura, introduz novas formas de relação entre os produtores independentes permitindo desde a primeira hora da sua existência a substituição temporária da validação social das mercadorias (venda da mercadoria contra moeda, equivalente geral) pela ante-validação privada das mercadorias (venda da mercadoria contra moeda comercial convertível em moeda bancária). O desenvolvimento do sistema de crédito, o reforço do papel do sistema bancário, a sua hierarquização e ligação ao Estado fez esta evoluir para a ante-validação social das mercadorias (quando a moeda bancária é garantidamente convertida em moeda nacional). A moeda, crescentemente moeda-crédito, vai sofrer as transformações resultantes desta evolução.

A referida evolução tem que ver com a existência de bancos, sua actividade de monetização da moeda comercial e aceitação social da moeda bancária. Passa pela articulação dos diversos bancos e convertibilidade recíproca entre as diversas moedas bancárias, consolidada pela mediação da moeda nacional. Passa finalmente pela constituição de um banco central e hierarquização do sistema bancário, pela consolidação daquele numa actividade de coordenação e apoio cada vez mais intensa.

No quadro da ante-validação social das mercadorias o crédito continua a ter de ser pago, isto é, a mercadoria inicialmente transaccionada tem que ser trocada contra equivalente geral. Contudo este é o conjunto articulado dos diversos tipos de moeda coexistentes e após o fim do padrão-ouro a moeda nacional assume uma posição bem específica: garantida pelo Estado, plena circulação no território nacional, convertibilidade com as outras moedas nacionais.

Num quadro de generalização da ante-validação social das mercadorias uma situação de ruptura na circularidade do crédito, expressão de uma manifestação de crise, tanto pode evoluir no sentido da destruição do valor das mercadorias, moeda comercial e moeda bancária, com o correspondente processo de falências, como de destruição do valor da moeda nacional que, no entanto, continua a desempenhar cabalmente as suas funções na economia nacional (na internacional sofre um processo de desvalorização). Neste último caso estamos perante a pseudo-validação social, expressão da impossibilidade institucional de falência do banco central. Quando este passou a ser também o garante em última instância do funcionamento de todo o sistema bancário -- sustentáculo importante do capital financeiro -- quando a sua moeda não é apenas mais uma moeda bancária mas identifica-se com a moeda nacional e é instrumento de crédito em crise, é garante da sobrevivência do conjunto das moedas bancárias, deixa de haver falência (não há falência, no plano interno e só aí, do banco central) e ágio na troca pelas outras moedas. Passa a haver uma destruição de valor da moeda nacional, atingindo por inteiro o sistema monetário em sucessivos fluxos e refluxos.

A passagem por estes diversos estádios de organização dos sistemas monetário e financeiro é o resultado da dinâmica social, da correlação de forças existente. A ante-validação social das mercadorias e a sua evolução para a pseudo-validação quando se registam rupturas na circularidade do crédito dominou os sistemas monetário e financeiro desde o período posterior à crise de 1929/33 até aos dias recentes. A violência das crises das décadas de 70 e 80, as novas formas de concorrência monopolista, a crescente desarticulação entre o sistema de crédito e o produtivo caminhando à beira da ruptura (nacional e internacional) e novas formas de intervenção política parecem contribuir para uma nova passagem (inevitavelmente limitada no actual quadro social e com elevados custos sociais) às formas "tradicionais" de destruição do capital.

INFLAÇÃO

Entre as leis da acumulação capitalista e as formas de evolução dos sistemas monetário e financeiro e da reprodução do equivalente geral não há uma simples simultaneidade. Quando considerado o processo em toda a sua globalidade e universalidade pode-se afirmar que são aquelas, e sobretudo a formação dos monopólios, que impulsionam as transformações no sistema monetário e as accionam em cada momento, embora se reconheça um certo grau de autonomia da moeda e do crédito.

As leis da acumulação são o factor impulsionador e as novas formas de funcionamento do sistema monetário o factor permissivo.

Relacionando o afirmado anteriormente não será difícil deduzir que *a inflação é a expressão ao nível dos preços e salários do funcionamento da lei do valor no quadro da generalização da pseudo-validação social das mercadorias imposta pela concentração e centralização do capital.*

Esta é uma explicação da inflação mas é viável aplicá-la a outras situações pontuais, que embora não identificáveis com a inflação não deixam de apresentar algumas semelhanças. Com efeito, a generalização da pseudo-validação social das mercadorias só se pode estabelecer de uma forma duradoira, influenciando sistematicamente, quando tal é uma expressão das necessidades da acumulação. Contudo, mesmo quando essas condições ainda não estão criadas podem surgir situações, nomeadamente de desorganização do sistema produtivo, de guerra ou de cariz político, que levem transitoriamente a uma tal generalização.